

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR – CD – 24.04.2013

Ao vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e treze às 09h00minutos, no Salão Nobre do prédio da Reitoria, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Diretor da Universidade Federal de Roraima sob a presidência do professor Stelio Soares, o qual deu início à reunião pedindo que o Secretário Interino dos Conselhos Superiores, Sr. Salles Neto, fizesse a leitura da ordem dos trabalhos do dia: **1º item** – Posse de novos conselheiros; **2º item** — Apreciação do processo nº 23129.000472/2013-44, que trata da Prestação de contas da UFRR – exercício 2012, com tramitação em regime de urgência. (Relatoria: Sra. Elisa Hatsue). **Material entregue na reunião de 25/03/2013**. O presidente questiona se há alguma manifestação em relação à pauta. Como não houve alterações, a pauta foi aprovada. Passando para o **1º item**, tomaram posse os conselheiros representantes da Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da UFRR, a Sra. Elisa Hatsue Brito Yoshihara (titular) e Sra. Vanessa da Silva Sá (suplente). Dando prosseguimento a reunião, iniciou-se o **2º item**, que trata da apreciação do processo nº 23129.000472/2013-44, que trata da Prestação de contas da UFRR – exercício 2012, com tramitação em regime de urgência, sob a relatoria da Sra. Elisa Hatsue. A relatora lembrou que no dia 25.03.13 (vinte e cinco de março de dois mil e treze), relatou no CD a aprovação da prestação de contas da UFRR referente ao ano de 2012 (dois mil e doze) e informou que em seu parecer citou as melhorias que ocorreram no ano de 2012 (dois mil e doze) dentro dos 3 (três) campi; as dificuldades apresentadas no relatório, em relação a não obtenção de 100% (cem por cento) das metas estabelecidas; a criação dos novos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado; o incentivo à pesquisa. Disse também que, conforme os índices apresentados, as contas foram bem executadas; foi demonstrado também as avaliações de risco que foram realizadas no período e, no final, informou que o conselheiro Janilton Magalhães pediu vista do processo. Informou também que o conselheiro Janilton Magalhães, no dia 16.04.13 (dezesesseis de abril de dois mil e treze), encaminhou o parecer dele para a Secretaria dos Conselhos Superiores – SCS. A relatora fez a leitura do parecer elaborado pelo conselheiro Janilton Magalhães, em que informa a sua decisão de pedido de vista, justificando que não houve tempo hábil para avaliação do processo, mas que o mesmo, após realizada a avaliação, sugeriu a aprovação do processo. O presidente abriu o plenário para inscrições. O prof. Edison Riutiro informou que foi realizada uma Assembleia Geral da categoria dos docentes no dia 04.04.13 (quatro de abril de dois mil e treze), em que na ocasião o ponto de pauta trabalho era esse e, após discussões, foi deliberado que o representante da categoria, prof. Edison Riutiro, entraria em contato com o contador da entidade, para solicitar esclarecimentos do relatório e mediante essa apreciação, com as considerações e questionamentos realizados sobre o relatório, isso seria colocado para apreciação no conselho e mediante o esclarecimento dessas dúvidas o relatório sempre aprovado ou não por parte dos conselheiros. Com isso, o prof. Edison Riutiro fez os seguintes questionamentos: Disse que na pág. 22 (vinte e dois) do relatório, onde há o item “Financeiro”, há dados em relação a valores onde diz: “para a concretização de todas as ações realizadas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão executou-se cerca de R\$ 140.000.000.881,92 (cento e quarenta bilhões, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).” e tem a discriminação da comparação com o exercício 3,71% (três, setenta e um por cento) de despesas correntes; 73,46% (setenta e três, quarenta seis por cento) de despesas de capital, em relação a esses dados questionou se de acordo com a informação do contador, isso precisa estar em demonstrativo financeiro. O contador informou que no final do relatório consta o demonstrativo. O prof. Edison Riutiro disse que não compreendeu os valores que estão na pág.; 82 (oitenta e dois) em diante, com os R\$ 140.000.000.881,92 (cento e quarenta bilhões, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos) da pág. 23 (vinte e três) e disse que os valores não batem. O conselheiro Nilson Valente disse que na pág. 37 (trinta e sete) tem um demonstrativo que é o resumo da programação e da realização dos gastos e esses cento e quarenta bilhões são cento e vinte e sete de despesas correntes e trinta e sete bilhões de despesas de capital, justificando que os percentuais citados podem estar invertidos, lembrando que a maior parte de gastos de instituições públicas, são despesas correntes. O Conselheiro Edison Riutiro disse que na pág. 23 (vinte e três), há “1.6. principais parceiros” onde há um quadro e abaixo desse quadro segue o texto “conforme observação do quadro 1 (um) do gráfico 1 (um), o Ministério da Educação, através da Secretaria de Planejamento e Orçamento, centralizou recursos em torno de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), que correspondem ao percentual de 45% (quarenta e cinco por cento)...”, a dúvida seria se o valor citado está computado nos cento e quarenta milhões já citados e onde que os cinco milhões foram contabilizados, pois no entendimento do conselheiro Edison Riutiro, são valores suplementares. O Conselheiro Edison Riutiro questionou ainda, na pág. 38 (trinta e oito) do relatório há a análise crítica o item 4.2.224, onde há o primeiro, segundo e terceiro parágrafos, em que segue o seguinte texto, “Está acontecendo também outras alterações relevantes observadas entre as votações totais do

exercício de 2012 (dois mil e doze) em relação à 2011 (dois mil e onze)... para as despesas de capital os fatores decisivos foram: Os aumentos dos valores concedidos a partir das emendas parlamentares que em 2012 (dois mil e doze) previamente consideradas em relação ao exercício de 2011 (dois mil e onze), em suma uma substancial regulação dos valores do REUNI, investimento para o exercício 2012 (dois mil e doze)”, o questionamento do conselheiro é se as emendas parlamentares citadas estão contabilizadas dentro dos já citados cento e quarenta milhões, onde que as emendas estão contabilizadas e o valor delas. Na pág. 39 (trinta e nove) do relatório, o Conselheiro Edison Riutiro disse que há um quadro que se trata do quadro de movimentação interna e externa e movimentação orçamentária por grupo de despesa, em que em suas considerações o quadro não tem utilidade, justificando que o mesmo não explica nada, é apresentado apenas a rubrica, o código da unidade gestora e os valores. Na pág. 40 (quarenta), o prof. Edison Riutiro disse que há o quadro 12 (doze) que trata-se das despesas de modalidade de contratação, através de créditos originários, onde há o item 2 (dois) que trata das contratações diretas e falou que a sua dúvida é se o valor apresentado de noventa e oito milhões se remete aos cento e quarenta milhões. Na pág. 41 (quarenta e um), o conselheiro Edison Riutiro disse que há o quadro 13 (treze) que trata das despesas pagas por grupo de alimento de despesa, onde há “despesa de capital”, “valores empenhados”, “obras e instalações: R\$16.000.000 (dezesesseis milhões de reais)”, o conselheiro apresentou a seguinte dúvida: É citado no documento “RP não processados”, isso significa que foi empenhado, mas não foi pago, onde efetivamente foi pago R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), desses R\$ 14.000.000 (quatorze milhões de reais) que não foram processados, o conselheiro questionou como que eles são contabilizados. Na pág. 52 (cinquenta e dois), onde trata do equipamento de material permanente, há o valor de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), apresentou a mesma dúvida anterior, pois não foram processados R\$ 9.000.000 (nove milhões de reais). Nas pág. 114 (cento e quatorze), o conselheiro Edison Riutiro disse que há uma declaração da coordenadora de convênios, em que a mesma assume a responsabilidade, afirmando que todos os convênios estão publicados, mas o conselheiro afirmou que entrou na página do Sistema de Assessoria em Segurança Empresarial – SIASE, na gestão de convênios e não é possível checar em relação aos valores dos convênios e questionou como pode ser adquirida essa informação, para checar os valores. Na pág. 133 (cento e trinta e três), onde fica localizado o relatório da auditoria interna da universidade em relação a valores, em que há o item de regularidade de processos licitatórios, o conselheiro Edison Riutiro, apresentou uma dúvida em relação as modalidades, informando que são apresentadas 5 (cinco), mas as 2 (duas) primeiras não são processos licitatórios, considerou que por algum regime de exceção elas foram consideradas e o valor foi de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais) com o montante auditado de R\$ 72.000 (setenta e dois mil reais), questionou por que foi auditado apenas este valor. O Diretor de Orçamento da UFRR, o Sr. Raimundo Pereira, esclareceu que em relação aos cento e quarenta milhões, o orçamento é composto do recurso orçamentário advindo da lei orçamentária anual e no decorrer do exercício, as descentralizações que ocorrem por parte do MEC com projetos e os convênios. Sobre os gastos, o Sr. Raimundo Pereira informou que ocorreu a inversão dos percentuais. Sobre os convênios, o Sr. Raimundo Pereira afirmou que os cinco milhões citados, são referentes às descentralizações que ocorreram por parte do MEC. O Sr. Raimundo Pereira também disse que na pág. 39 (trinta e nove) há um quadro que cita todos os valores que a universidade recebeu através de descentralizações. Na pág. 38 (trinta e oito), que trata das despesas de capital, o Sr. Raimundo Pereira informou que no decorrer do ano foram inclusas no site da instituição, as emendas parlamentares citando os valores e repetiu as emendas, sendo uma de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e meio de reais), encabeçada pelo parlamentar Sr. Jhonathan de Jesus; outra de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil), alcançada pelo parlamentar Sr. Mozarildo Cavalcante; outra de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conseguida pela Senadora Ângela Portela. Na pág. 40 (quarenta), o Sr. Raimundo Pereira prosseguiu citando sobre as despesas por modalidade de contratação, informando que o quadro contido é um quadro padrão do relatório e orientou aos conselheiros que no mês de agosto, analisassem a portaria que o Tribunal de Contas da União – TCU publica, em que vai regulamentar com todos os quadros do relatório do ano seguinte. Ainda na pág. 40 (quarenta), o Sr. Raimundo Pereira lembrou que o Prof. Edison Riutiro fez um questionamento afirmando que é possível encontrar o valor de noventa e oito bilhões do total, mas que não se encontra o restante dos cento e quarenta bilhões, o Sr. Raimundo Pereira justificou que nessa página se encontra as despesas líquidas em que é realizado o comparativo de 2012 (dois mil e doze) com 2011 (dois mil e onze), concluindo que não é despesa total. Sobre a pág. 41 (quarenta e um), que tem o quadro que cita o RP não processados, o Sr. Raimundo Pereira informou sobre as obras que foram empenhadas que geralmente quando uma emenda é liberada em dezembro, não há como liquidar a obra em um mês, o mesmo acontece com o material permanente. Na pág. 83 (oitenta e três) que fala das demonstrações contábeis, o Sr. Raimundo Pereira solicitou ajuda para esclarecimento do Sr. Manoel Júnior, que falou sobre os ingressos citados, informando que se tratam de recursos financeiros que é muito diferente do sistema orçamentário que trata da lei

orçamentária anual e lembrou que esses repasses tem relação tanto com o orçamento de 2011 (dois mil e onze), quanto de 2012 (dois mil e doze). Sobre a declaração da coordenadora de convênios, que foi questionado quais foram estes convênios e valores e por que não estão no relatório, o Sr. Raimundo Pereira lembrou que foi seguido o padrão estabelecido pelo TCU e que estes convênios estão todos disponíveis para consulta na página institucional de transparência pública com linguagem acessível. No caso do relatório de auditoria, o Sr. Raimundo Pereira disse que a auditoria tem um trabalho independente do trabalho exercido por quem faz o relatório, mas que toda orientação da auditoria, tem procurado ser atendida pro ano seguinte. O Presidente agradeceu o auxílio do Se. Manoel Júnior e dos outros servidores presentes. O Sr. Nilson Valente lembrou que essa foi a primeira reunião que ocorreu no período de 12 (doze) meses e que o conselho tem uma grande responsabilidade quando avaliza a questão orçamentária dessa instituição e que o conselho deve receber informações das ações pelos executivos desta instituição, informando que devia haver relatório de acompanhamento, algumas avaliações no decorrer do exercício e conhecimento de programação, pois sem isso, dificulta a aprovação de imediato dos trabalhos. Sobre o Relatório Final da Auditoria, o Sr. Nilson Valente disse que há uma série de recomendações em que a maior parte está pendente. O Sr. Francisco Salles lembrou que há uma carência quanto a quantidade de reuniões do CD que devem ocorrer durante um ano e informou que para resolver esse problema foi instituída uma comissão, que já está trabalhando, no sentido de propor uma reformulação do Regimento do CD, para concretizar a previsão de 3 (três) reuniões ordinárias por ano. Sem mais declarações, o Presidente passou para o regime de votação, onde obteve 2 (dois) votos favoráveis, 0 (nenhum) contrário e 3 (três) abstenções. Com isso, a prestação de contas foi aprovada. Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 11h, onde eu Juniarlis de Sousa Brito, Estagiário da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFRR, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais membros presentes:

Prof. Stélio Soares Tavares Júnior_
Prof. Edison Riutiro Oyama_
Sr. Nilson Valente Guimarães_
Sr. Francisco Carmozildo H. Araújo_
Sr. Illo Alberto Queiroz Weber_
Sra. Elisa Hatsue Brito Yoshihara_
Sr. Francisco de Salles Beserra Farias Neto_
Est. da SCS. Amanda Barros Ferreira_
Est. da SCS. Juniarlis de Sousa Brito_